

As mulheres vítimas colaterais da Pandemia

Este ano o dia 8 de março, Dia Internacional dos Direitos das Mulheres, é deveras simbólico depois dum ano com o mundo parado, que apenas girava à volta da pandemia de Covid-19, onde uma das únicas certezas é que as mulheres são as vítimas colaterais desta crise.

Este ano o dia 8 de março, Dia Internacional dos Direitos das Mulheres, é deveras simbólico depois dum ano com o mundo parado, que apenas girava à volta da pandemia de Covid-19, onde uma das únicas certezas é que as mulheres são as vítimas colaterais desta crise.

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, afirma que a pandemia global já reverteu décadas de progresso limitado e frágil na igualdade de género e direitos das mulheres. Já em 2020, ele alertava que “sem uma assistência urgente, corremos o risco de perder uma geração ou mais de conquistas”. Pois, embora alguns estudos científicos afirmem que o coronavírus afeta mais os homens do que as mulheres, estas sofrem imenso com esta situação, nomeadamente, porque se destacam pelos papéis vitais desempenhados como: trabalhadoras de saúde, operárias essenciais, professoras ou auxiliares ajudando milhões de pessoas, dentro e fora de suas casas.

No entanto, poucas são reconhecidas devido às desigualdades persistentes. Em paralelo, muitas mulheres que trabalham no setor informal encontraram-se, de repente, na insegurança financeira. Segundo o gabinete de consultoria Mckinsey “O risco de perder o emprego é 1,8 vezes maior para as mulheres do que para os homens”. Isso justifica-se, em



« Segundo o gabinete de consultoria Mckinsey “O risco de perder o emprego é 1,8 vezes maior para as mulheres do que para os homens” »

parte, porque as mulheres estão mais representadas em setores cuja atividade se encontra diminuída devido à crise sanitária. A sua forte presença no setor de saúde, mais preservado, não compensa as dezenas de milhares de cortes em outros empregos. A presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Sandra Ribeiro, acautelou que “Os empregos perdidos em consequência direta da pandemia são empregos principalmente femininos, sobretudo na hotelaria, restauração, postos de trabalho já tradicionalmente mal pagos e caracterizados pela precariedade”. Como resultado, 54% dos empregos em risco no mundo dizem respeito a mulheres. Mas não fica por aí. Os diferentes confinamentos e outras medidas de isolamento vieram assen-

tar e amplificar uma área de desigualdade já existente entre homens e mulheres que é a conciliação entre o trabalho e a vida familiar. Muitas mulheres encontram-se obrigadas a consolidar o seu teletrabalho com o cuidar dos filhos, ajudar no ensino à distância, e sem falar das tarefas domésticas. Em consequência, elas são vítimas de mais casos de sobrecarga física e mental, e isso também limita a sua autonomia económica e a obtenção de novas oportunidades de carreira. É

também importante lembrar que as violências contra as mulheres estão em alta desde o começo da pandemia, pois este tipo de tensão social tende a aumentar as situações de violência doméstica e sexual. Os diferentes confinamentos resultam,

então, no isolamento de muitas mulheres com os seus agressores, o que as vulnerabiliza de forma muito mais acentuada. Se for vítima ou conhece alguém que precisa de ajuda não hesite em ligar os números gratuitos de ajuda (PT: 800 202 148, FR: 3919).

No dia 8 vamos, então, celebrar o impacto positivo das mulheres durante a pandemia com a temática do dia que é: “Mulheres na liderança: Alcançando um futuro igual em um mundo COVID-19”. E não podemos esquecer que a luta continua. ■

Elsa Macieira
Étudiante à Sorbonne-Université
capmag@capmagellan.org

Brève

EUTANÁSIA APROVADA PELO PARLAMENTO: E DEPOIS ?

Em 29 de janeiro, Portugal tornou-se o 4º país europeu a legalizar a eutanásia. O texto da lei sobre a “morte medicamente assistida” foi aprovado pelo parlamento com grande maioria, 136 votos a favor, 78 contra e 4 abstenções. Mas esta lei continua a criar debate nomeadamente porque muitos portugueses consideram revoltante ter colocado na agenda parlamentar de Janeiro, mês em que mais portugueses morreram, “a aprovação de um novo caminho para a morte”. O próprio Presidente da República, o católico praticante Marcelo Rebelo de Sousa, fez-

se discreto sobre a questão, e não se pronunciou nos oito dias que tinha para decidir se promulgava o texto, levava-o ao Tribunal Constitucional ou exercia o seu direito de veto. Mas em inícios de fevereiro o Movimento “Stop Eutanásia” lançou uma campanha de comunicação com 10 juristas que consideram que este lei viola o direito à vida, deixando entender que esta lei ainda vai dar muito que falar. ■

Elsa Macieira - Étudiante à Sorbonne-Université
capmag@capmagellan.org